

L       E       I       Nº 442/62

Data : 22 de junho de 1962.

Súmula: Autoriza a execução de obras, contratação de empréstimo e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L       E       I

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar, sob a sua direta administração, os serviços de pavimentação asfáltica das vias públicas da cidade, construção de meios fios, sarjetas e galerias de águas pluviais.

Artigo 2º - Para a execução das obras constantes de artigo 1º, bem como dos serviços e obras complementares, fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, independentemente de concorrência pública, todo o maquinário e equipamento que se fizerem necessários, assim como contratar, os serviços de técnicos no ramo, para o período de tempo que for julgado suficiente.

Artigo 3º - Para atender ao pagamento das despesas iniciais com as providências determinadas nos artigos anteriores, fica o Município de Bandeirantes, por seu Prefeito Municipal, autorizado a contrair no Banco de Estado do Paraná S/A, ou em qualquer outro estabelecimento de crédito oficial ou particular, um empréstimo até o limite de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) por contrato de abertura de crédito em conta corrente garantida por caução de direitos creditórios.

Parágrafo Único - Como garantia da dívida oriunda de empréstimo constante deste artigo, mais juros e outros ônus contratuais, fica o Prefeito Municipal autorizado a emitir ou aceitar títulos em favor do Banco credor, vinculados ao contrato de empréstimo, e, outorgar ao estabelecimento bancário credor, em nome do Município, procuração irrevogável e em causa própria, para receber na repartição competente, as quotas atribuídas ao Município, por força do artigo vinte (20) da Constituição Federal, que recebidas, mesmo parceladamente, serão imediatamente levadas a crédito da conta devedora, e se no final houver saldo credor, será o mesmo colocado a disposição do Município.

Artigo 4º - Para celebrar no estudo, planejamento e execução das providências preconizadas nesta Lei, o Poder Executivo Municipal, constituirá imediatamente após a sanção desta Lei, uma Comissão composta de cinco membros, sendo um Vereador titular, que funcionará como representante do Poder Legislativo, dez cidadãos de comprovada idoneidade, escolhidos entre o município, que funcionarão como representantes dos contribuintes, pelo Diretor de Obras, Viação e Serviços Públicos da Municipalidade e, pelo Prefeito Municipal na qualidade de presidente nato desta Comissão.

Parágrafo Único – A Comissão de que trata este artigo será constituída sem ônus para o Tesouro Municipal, e seus serviços serão considerados relevantes para o Município.

Artigo 5º - Os lançamentos para a cobrança das taxas devidas ao Município pelos contribuintes em virtude das obras executadas, serão realizadas pela Diretoria da Receita da Prefeitura, tomando por base o preço de custo de metro quadrado, cúbico ou linear, segundo a natureza da obra executada, imediatamente tomará essa providência, sempre que for concluída e entregue a servidão pública, obras em logradouro que represente no mínimo uma face de quadra da planta da cidade.

Parágrafo Único – A Diretoria de Obras, Viação e Serviços Públicos, considerará para a apuração de preço de custo referido neste artigo, entre outras despesas de menor monta, e em cada fase de execução e lançamento, o preço de mão de obra, administração, material empregado, manutenção e despesa de maquinário e equipamento em uso e transporte.

Artigo – 6º - O lançamento do total de custo das obras, atribuído para cada contribuinte proprietário, será realizado observando-se que a liquidação será em pagamento parcelado, dentro de um prazo máximo de trinta e seis meses a contar da data de lançamento, acrescidos dos juros de um por cento (1%) ao mês, ficando a fixação da primeira parcela, a critério do Prefeito Municipal, desde que não ultrapasse o valor correspondente a vinte por cento (20%) do total do lançamento.

§ 1º - Ao contribuinte que optar pelo pagamento à vista, do total do seu débito, será concedida a dedução do valor correspondente aos juros computados.

§ 2º - Todo o débito não liquidado até o seu vencimento, será convertido em Dívida Ativa do Município, e o seu importe sofrerá os acréscimos previstos na Legislação Municipal vigente.

Artigo 7º - Aplicam-se nos casos omissos desta Lei, as disposições concernentes aos casos análogos, e, não as havendo, os princípios gerais do direito.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 26 de junho de 1962.

Francisco Teixeira Ribeiro  
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos  
Oficial administrativo